



<b>Público</b>	<b>Periodicidade:</b> Diário	<b>Temática:</b> Economia
	<b>Classe:</b> Informação Geral	<b>Dimensão:</b> 320
	<b>Âmbito:</b> Nacional	<b>Imagem:</b> S/Cor
	<b>Tiragem:</b> 51453	<b>Página (s):</b> 33

04-02-2012

*Quando a arbitrariedade permitida pela inexistência de direitos adquiridos lhes tocar à porta?*

## O novo monstro

A taxa de desemprego atingiu, no final de 2011, segundo o Eurostat, um novo recorde: 13,6%. Há cerca de 754 mil pessoas sem trabalho, dos quais 142 mil são jovens, ou seja, 30,8% dos 13,6% de desempregados têm entre 15 e 24 anos. Na União Europeia, a taxa de desemprego jovem só é maior em Espanha (48,7%), na Eslováquia (35,6%) e Itália (31%).

Isto, num país em que para uma população activa de 5.543.400 pessoas, há um universo 3.838.500 trabalhadores por conta de outrem, dos quais 725.800 têm contratos a termo. Bem como há 988.000 trabalhadores por conta própria (dos quais quatro quintos são falsos recibos verdes, segundo os especialistas). E no universo da população activa, 639.200 pessoas são trabalhadores a tempo parcial, tudo de acordo com dados do Instituto Nacional de Estatísticas para o terceiro trimestre de 2011.

Tal acontece, quando a população maioritariamente atingidas por estas situações, os jovens, é hoje mais qualificada escolarmente do que qualquer outra anterior geração, é genericamente mais preparada no plano cultural, bem como é a geração mais informada e que mais domina o acesso a fontes de informação e a redes sociais através da *web*. Não gente fora do mundo moderno. É impossível hoje pensar no mundo sem ter em conta as novas noções de tempo e espaço proporcionadas pela globalização e pelas novas tecnologias de comunicação. Já não há paraísos rurais.

Mas, em Portugal, a nova realidade do desemprego e do trabalho precário – embora oficialmente considerada como “lamentável” e até “preocupante” pelo poder –, é vista como “natural”, como “sem alternativa”. É dado como “normal” e inelutável” que essa seja “a lógica do sistema” e que estes valores de desemprego



**São José Almeida**

e de trabalho precário existam e não sejam minimamente combatidos. Assim como ninguém questiona que os direitos laborais adquiridos sejam eliminados. E que quem o faz é visto como arcaico. Num mundo capitalista, em que a substituição do papel central da produção pelo do consumo leva à desvalorização do trabalho. Numa fase da história da Europa, em que a hegemonia ideológica do neoliberalismo é uma realidade pouco contestada e aparentemente vista como sem alternativa identificável. Num país em que a sedimentação democrática não existe e que tem algumas décadas apenas a tentativa de construção de um Estado democrático e de acordo com o que são as concepções do Estado-providência.

E parecem quase inexistentes as pessoas com a cultura democrática ou a coragem política e cívica reveladas pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o juiz-conselheiro Noronha do Nascimento, a quarta figura da hierarquia do Estado português, na abertura do ano judicial. Noronha do Nascimento sublinhou – para alerta dos ignorantes ou cinicamente distraídos – que os direitos adquiridos são o “produto final de uma civilização avançada que se estruturou à volta da teoria do pacto social”. Ou seja, são as democracias construídas com base no pacto social saído do pós-II Guerra Mundial e que no novo milénio não podem ser entendidas senão como centradas na defesa de todos os direitos, incluindo os direitos laborais.

O presidente do Supremo foi directo ao afirmar que, “quando o contrato se rompe, rompe-se também a solidariedade, porque tal ruptura traz sempre consigo a violação do equilíbrio das prestações contratuais com o benefício de uns em detrimento de outros.” E alertou para que “falar na inexistência de direitos adquiridos, num discurso unilateral ou unipolar, ainda por cima num país de rendimentos tão desiguais, pode ser a abertura da caixa de Pandora”. Frisando ainda que dizer que não

há direitos adquiridos é “dizer que todos eles podem ser atingidos, diminuídos ou, no limite, eliminados”, logo é “admitir o regresso ao tempo das ocupações, autogestões ou do confisco”. E perguntou: “Será que se está preparado para aceitar todas as sequelas lógico-jurídicas de quem pensa assim”? (*PÚBLICO online* de 31/01/2012).

E já agora: quem defende que tudo isto que se passa em Portugal é “normal”, é “inelutável” e quem defende que “não há direitos adquiridos” estará também consciente do mundo que está a querer construir? E quando a arbitrariedade permitida pela inexistência de direitos adquiridos lhes tocar à porta?

Durante parte do século XIX e todo o século XX, a Europa lutou e foi conseguindo construir sistemas democratas que garantissem a todas as pessoas a igualdade de tratamento pelo Estado. Bem como conseguiu que o Estado garantisse um sistema de redistribuição de riqueza que garantisse – a todos – patamares mínimos de bem-estar e de dignidade humana. Agora, por toda a Europa torna-se hegemónica uma ideologia que pretende destruir essa construção civilizacional, como referiu Noronha do Nascimento, reinstaurar uma lógica de privilégio, destruir o bem público e favorecer a lógica privada na regulação social e económica. Em que a único objectivo é que a sociedade funcione de forma a assegurar o lucro dos detentores do capital, ou seja, dos grandes grupos internacionais financeiros que lucram com a circulação de capitais, na nova lógica de acumulação de capital que determina o capitalismo financeiro. A questão é a de saber se quem está deslumbrado com esta revolução que desfaz o modelo de organização das sociedades democráticas europeias tem exacta noção do mundo novo que está a construir e da dimensão do monstro que está a criar. *Jornalista (sao.jose.almeida@publico.pt)*

*São José Almeida escreve neste espaço ao sábado*

*Parecem quase inexistentes as pessoas com a cultura democrática ou a coragem política e cívica reveladas pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça*